



Transinformação

ISSN: 0103-3786

transinfo@puc-campinas.edu.br

Pontifícia Universidade Católica de  
Campinas  
Brasil

da Rocha Weitzel, Simone  
Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos  
Transinformação, vol. 24, núm. 3, diciembre, 2012, pp. 179-190  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384334891003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos

## *Collection development: birth of contemporary foundations*

Simone da Rocha WEITZEL<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo apresenta o resultado de uma pesquisa cujo objetivo foi identificar as correspondências entre os fundamentos da área hoje denominada de desenvolvimento de coleções e aqueles estabelecidos no século XIX, a fim de reconstruir os principais conceitos, métodos e práticas da área. Propõe um estudo exploratório para viabilizar essa correspondência a partir de oito obras escolhidas de autores europeus do século XIX, a maioria bibliófilos reconhecidos, a saber: Peignot (1823), Namur (1834), Hesse (1841), Rouveyre (1878), Richard (1883), Gräsel (1893), Petzholdt (1894) e Maire (1896). Essas obras serão analisadas a partir de três categorias contemporâneas da área: desenvolvimento de coleções, seleção e aquisição, por meio do método de revisão de literatura. Conclui-se, por fim, que o fenômeno da explosão da informação afeta o processo de desenvolvimento de coleções como um todo desde o século XVIII. Os autores do século XIX selecionados para o estudo apresentaram várias soluções - as quais fortaleceram o que hoje é denominado de abordagem baseada no acesso à informação - para lidar com a complexidade gerada pelo fenômeno da explosão da informação.

**Palavras-chave:** Aquisição. Desenvolvimento de coleções. Seleção.

### Abstract

*This study presents the results of a research with the aim of identifying the correspondence between the foundations of the area now known as collection development and those established in the nineteenth century, in order to rebuild the main concepts, methods and practices in the area. To make this match feasible, an exploratory study as proposed, of eight selected works of Nineteenth-Century European authors, the majority of them being recognized bibliophiles, namely: Peignot (1823), Namur (1834), Hesse (1841), Rouveyre (1878), Richard (1883), Gräsel (1893), Petzholdt (1894) and Maire (1896). The works of the Nineteenth Century from three contemporary categories of the area were analyzed: collection development, selection and acquisition, through a literature review research method. It was concluded that the phenomenon of information explosion has affected the process of collection development as a whole, since the Eighteenth Century. The Nineteenth-Century authors selected for this study provided several solutions to deal with the complexity of the phenomenon of information explosion, in which strengthened what that nowadays is called the approach based on access to information.*

**Keyword:** Acquisitions. Collection development. Book selection.

### Introdução

A profusão de publicações, especialmente livros, é um fenômeno que vem ocorrendo há séculos e tem o

final do século XVIII como um período representativo desse aumento conforme indicou Burke (2002). Enquanto na Alta Idade Média o problema era a escassez de livros, e, no século XVI, a "superfluidade", no século XVIII chegou-

<sup>1</sup> Professora Doutora, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Escola de Biblioteconomia. Av. Pasteur, 458, Sala 404, 22290-040, Urca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: <simone.weitzel@gmail.com>.

Recebido em 3/2/2012 e aceito para publicação em 15/8/2012.

-se ao excesso de publicações. Entre 1500 e 1750, publicou-se um volume estimado de 130 milhões de livros (Burke, 2002). Essa multiplicação tornou o processo de formar e desenvolver coleções em bibliotecas mais complexo do que anteriormente e passou a envolver o desafio de identificar quais obras mereciam fazer parte dos acervos. Tendo em vista essa dificuldade para selecionar as melhores obras, era bastante comum seguir as recomendações de bibliófilos. No século XIX, suas obras se tornaram verdadeiros guias para auxiliar na seleção das obras mais pertinentes às bibliotecas, tanto do ponto de vista técnico quanto prático, uma vez que os títulos recomendados para fazer parte do acervo estavam listados com as apreciações do bibliófilo.

Essas recomendações eram perfeitamente aplicáveis tanto a grandes quanto a pequenas bibliotecas e apresentam, ainda nos dias de hoje, equivalências às boas práticas contemporâneas presentes nos manuais de ensino da disciplina “Desenvolvimento de Coleções” em todo o mundo. No entanto, nenhum estudo até o presente momento apresentou as correspondências entre os princípios contemporâneos e aqueles estabelecidos naqueles manuais do século XIX, de forma a reconstruir os principais conceitos e práticas da área hoje denominada “Desenvolvimento de Coleções”. Nesse sentido, foi proposto um estudo em que se fizesse possível essa correspondência a partir de oito obras de autores europeus do século XIX, a maioria bibliófilos reconhecidos, a saber: Peignot (1823), Namur (1834), Hesse (1841), Rouveyre (1878), Richard (1883), Gräsel (1893), Petzholdt (1894) e Maire (1896). As oito obras foram identificadas no acervo das coleções que apoiaram o curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional, o primeiro a surgir no Brasil em 1911, contribuindo para a reconstrução de uma parte das bases teóricas da área daquele período. Partiu-se do pressuposto de que as obras da área presentes no acervo que apoiou a formação de bibliotecários no curso da Biblioteca Nacional poderiam ter sido a base teórica mais representativa do século XIX.

Os principais resultados demonstram que os autores do século XIX já apresentavam os principais conceitos, métodos e práticas presentes nas obras contemporâneas, definindo o que se convencionou denominar de abordagem baseada no acesso orientada para as necessidades dos usuários.

## Desenvolvimento de coleções: principais fundamentos

O processo de formar e desenvolver coleções sempre esteve presente ao longo da história do livro e das bibliotecas. Portanto, desde a biblioteca de Alexandria às bibliotecas digitais, não há como formar e desenvolver coleções sem se deparar com questões próprias da natureza desse processo, tais como: o quê, o porquê, o para quê, o como e o para quem colecionar (Weitzel, 2002).

É importante esclarecer que formar e desenvolver coleções vai mais além que selecionar e adquirir obras. A literatura da atualidade define desenvolvimento de coleções como um processo cíclico e ininterrupto formado pelas seguintes etapas ou fases: estudo da comunidade (perfil da comunidade), políticas de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação (Vergueiro, 1989; Evans, 2000). Nesse sentido, “seleção” e “aquisição” são etapas ou fases que compõem um processo mais global de planejamento, que requer as demais etapas para completar-se. Portanto, nos dias de hoje, a impossibilidade de armazenar tudo o que foi escrito e publicado no mundo em bibliotecas faz do processo de desenvolvimento de coleções uma estratégia, um mecanismo para viabilizar um espaço social que expresse os anseios de um segmento da sociedade em relação às suas necessidades informacionais (Weitzel, 2006).

No entanto, no passado, da Antiguidade até a Idade Moderna, “a lógica praticada era a de se colecionar praticamente tudo o que existia disponível, uma vez que a produção editorial estava ainda em seu estágio inicial” (Weitzel, 2002, p.62). Nesse período, imperava a ideia de acumulação e armazenamento de coleções, princípio perfeitamente viável na Idade Média, tendo em vista as tecnologias disponíveis para reprodução de documentos e o volume menor de obras comparado com os séculos seguintes, após o advento da prensa com tipos móveis.

Esse *modus operandi* tem em Bury (2005) seu mais ilustre representante, cuja obra “*Philobiblon*”, originalmente publicada em 1344 e recentemente traduzida para o português, apresenta suas considerações baseado no amor incondicional aos livros por representar a palavra divina e tem o mérito de revelar as práticas da época em relação às coleções de livros, de sua organização a seu uso e zelo.

Já na primeira metade do século XVII, os modelos que apoiavam a formação de coleções consideravam aspectos religiosos ou relativos à raridade e luxo das obras, sem considerar o valor de seu conteúdo: idealizavam a biblioteca como um retiro, à margem das atividades domésticas e públicas; ou como um espaço de curiosidades e obras seletas, concretizado principalmente por colecionadores que valorizavam os elementos extrínsecos, tal como a encadernação com dourações e folhas de ouro; ou ainda como a concepção jesuítica que selecionava apenas os livros cristãos, excluindo as obras consideradas heréticas, profanas ou heterodoxas (Jannuzzi, 2001).

Apesar disso, nesse mesmo período, Naudé (1627) apresentou inovações, especialmente em relação ao processo de seleção, que não se alinhava à concepção de bibliotecas voltadas para a acumulação e armazenamento - abordagem que, de acordo com Jannuzzi (2001), era predominante até a Idade Moderna. Para Naudé (1627), as bibliotecas deveriam adotar critérios de seleção para formar coleções úteis, o que contestava a orientação de que a biblioteca deveria ser um lugar para acumular tudo o que havia disponível. Outra ideia inovadora de Naudé estava baseada na integração de bibliotecas isoladas para que, juntas, espelhassem um conjunto integral e altamente seletivo, representando todas as coleções de todas as bibliotecas, o que preconizava a ideia contemporânea de bibliotecas em redes.

A expansão do volume da produção editorial, que se iniciou lentamente com a invenção da prensa com tipos móveis, e, depois, paulatinamente, avançou para o que se denomina hoje de explosão da informação, foi sentida por seus contemporâneos que observaram a grandeza de seus efeitos sobre a perspectiva da acumulação e armazenamento exaustivo de coleções em bibliotecas, especialmente a partir do século XVIII, conforme atesta Burke (2002). No século XIX, surgem os clássicos manuais para formar coleções, dentre os quais se destaca o de Peignot (1823), que apresenta critérios para seleção baseados no valor do conteúdo das obras como uma estratégia para lidar com uma massa documental exorbitante. Hesse (1841) defende a importância do que é denominado hoje de instrumentos auxiliares de seleção para orientar a seleção e o descarte a fim de retirar obras inúteis e desatualizadas. Desse modo, a

abordagem acumulativa e exaustiva em relação às coleções foi sendo alterada tendo em vista a necessidade premente de selecionar as obras de relevância e de qualidade.

No século XX, o cenário delineado no século anterior em relação ao volume crescente da produção editorial agravou-se ainda mais, tendo em vista a especialização das áreas do conhecimento e os grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento acompanhados de um crescente número de pesquisadores no mundo. Esse quadro foi propício para o florescimento de procedimentos mais avançados que pudessem lidar com tamanha complexidade em relação às coleções em bibliotecas.

A literatura especializada, notadamente a norte-americana, atribui como marco dessa nova abordagem os estudos desenvolvidos nos Estados Unidos na década de 1960 "quando nos Estados Unidos, apesar dos fortes investimentos em construções de prédios para alocação das coleções, percebeu-se que não era racional adquirir tudo o que era produzido" (Vergueiro, 1993, p.14). Dessa maneira, propagou-se o que foi considerada uma nova abordagem, que valoriza o acesso - orientado fortemente pela missão institucional e perfil dos usuários -, que visa às necessidades dos usuários em detrimento da posse do material. O termo desenvolvimento de coleções foi, a partir desse momento, consagrado pela literatura especializada para designar os processos e as políticas que envolvem ações em relação às coleções.

No entanto, os primeiros autores a tratar dos principais fundamentos relativos à seleção e à aquisição de livros, principalmente, sob a abordagem que considerava menos a acumulação e mais a necessidade dos usuários foram, além de Naudé (1627), aqueles provenientes do século XIX e que fazem parte deste estudo: Peignot (1823), Namur (1834), Hesse (1841), Rouveyre (1878), Richard (1883), Gräsel (1893), Petzholdt (1894) e Maire (1896). Hoje suas recomendações estão presentes em grandes manuais da área de coleções do País e do mundo, sem que sejam citados ou lembrados.

### **Alguns conceitos contemporâneos como categorias de análise**

Os principais conceitos associados ao processo de desenvolvimento de coleções envolvem os termos

análise da comunidade, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação de coleções (Evans, 2000).

Para alcançar o objetivo deste estudo, considerado exploratório, foram destacados apenas os conceitos, métodos e práticas relacionados com o processo (atividades, procedimentos, tarefas etc.) e política (regras, planos, diretrizes etc.) de desenvolvimento de coleções, de seleção e de aquisição como ponto de partida e estratégia metodológica possível para viabilizar a análise das oito obras selecionadas dos autores do século XIX, denominados aqui de categorias de análise. Em outras palavras, as oito obras foram analisadas à luz de conceitos, métodos e práticas contemporâneos divididos em três grandes categorias: desenvolvimento de coleções, seleção e aquisição.

### Desenvolvimento de coleções

De acordo com Maciel e Mendonça (2000, p.16), o processo de desenvolvimento de coleções é “uma atividade de planejamento, onde o reconhecimento da comunidade a ser servida e suas características culturais e informacionais oferecerão a base necessária e coerente para o estabelecimento de políticas de seleção [...]”, bem como de todas as demais atividades inerentes ao processo: análise da comunidade, aquisição, desbastamento e avaliação de coleções.

Do mesmo modo, uma política de desenvolvimento de coleções deve, de acordo com Figueiredo (1998), considerar os objetivos institucionais e as necessidades de sua comunidade e requer, segundo Evans (2000), a criação de um plano ou política para corrigir as fraquezas das coleções enquanto mantém as fortalezas que envolvem critérios e diretrizes relativos às ações que deverão ser empreendidas em relação ao acervo.

A política deve também descrever a estrutura para a formação das coleções, isto é, sob qual lógica as coleções serão colecionadas. Nesse sentido, a missão e os objetivos da biblioteca e da instituição que a mantém orientarão a formação e o desenvolvimento de coleções. Os principais modelos de estrutura para coleções conhecidos no Brasil são:

- Modelo Conspectus: os temas e os assuntos das coleções são determinados pela concentração de exemplares em classes e subclasses de um esquema de classifi-

cação (International Federation of Library Associations and Institution, 2001);

- Níveis de coleção da *American Library Association* (ALA): os temas e assuntos das coleções são agrupados em cinco níveis: completeza, pesquisa, estudo, básico e mínimo (Figueiredo, 1998).

- Dimensões: os temas e os assuntos das coleções são agrupados em: coleção de referência, coleção de lastro, coleção didática e literatura corrente (Miranda, 1980).

A estrutura para formação de coleções funciona como um esqueleto para abrigar cada parte específica das coleções. Assim, cada item selecionado deve exercer uma função clara no acervo, tal como cada parte do esqueleto: para pesquisa, para o estudo, para o trabalho, para o lazer etc., correspondendo ao que foi estabelecido na estrutura.

### Seleção

A seleção, entendida como uma etapa do processo de Vergueiro (2010), pode ser resumida em:

- Processo de seleção: está relacionado com as etapas da seleção, inclui o trabalho da comissão de seleção que toma decisões sobre quais itens devem ser incorporados e elabora a lista desiderata, isto é, a lista de itens aprovados para serem incorporados segundo critérios estabelecidos em uma política;

- Política de seleção: apresenta as responsabilidades dos atores do processo de seleção (bibliotecários e comissão de seleção), os critérios estabelecidos, os instrumentos auxiliares de seleção, entre outras políticas específicas que podem se relacionar com questões sobre censura na seleção, duplicação de itens, coleção de obras raras e/ou locais, entre outros.

### Aquisição

De acordo com Evans (2000, p.293), o processo de aquisição “envolve a localização e a aquisição de itens identificados como apropriados para a coleção”. Para Figueiredo (1998) e Maciel e Mendonça (2000), a aquisição é um processo que implementa as decisões da seleção por meio da compra, doação e permuta de documentos, incluindo a alocação de recursos e registro dos itens para fins de patrimônio.

## Métodos

Este estudo faz parte das pesquisas que vêm sendo realizadas desde 2007 (Weitzel, 2009), as quais possibilitaram mapear autores do século XIX que trataram do assunto denominado hoje “Desenvolvimento de Coleções”, a partir do acervo que apoiou a formação de bibliotecários no curso da Biblioteca Nacional. Partiu-se do pressuposto de que as obras da área presentes naquele acervo poderiam ter sido a base teórica mais representativa da época sobre o tema. As coleções, conforme visto, estão desde 1980 na Biblioteca da UNIRIO e fazem parte do setor de Obras Raras da Biblioteca Central. O trabalho de Fonseca (1991) auxiliou na seleção das obras, uma vez que apresenta uma lista dessa coleção. Todos os autores são europeus e muitos são bibliófilos: Peignot (1823), Namur (1834), Hesse (1841), Rouveyre (1878), Richard (1883), Gräsel (1893), Petzholdt (1894) e Maire (1896). As edições das obras europeias citadas nem sempre são as primeiras edições. A obra consultada de Gräsel, por exemplo, foi a edição italiana (1893) e francesa (1897). A primeira edição original não foi identificada até o presente momento. A leitura dos oito textos selecionados foi orientada pelas três categorias de análise apresentadas acima (desenvolvimento de coleções, seleção e aquisição), possibilitando apresentar os fundamentos estabelecidos por esses autores sob a forma de revisão de literatura.

## A abordagem dos autores do século XIX

No século XIX, não havia o termo “Desenvolvimento de Coleções”, e “Seleção” e “Aquisição” aparecem sob variada denominação. Por isso, os conceitos, métodos e práticas identificados nos oito textos foram agrupados e analisados sob as categorias de análise de modo a permitir a comparação entre cada obra e autor.

## Desenvolvimento de coleções

De acordo com Vergueiro (1989), o termo “Desenvolvimento de Coleções” passa a ser adotado somente no século XX, especificamente a partir da década de 1960, conforme visto. No entanto, o verbo “desenvolver” foi identificado no texto de Maire (1896, p.83, tradução minha)

ao se referir às coleções produzidas por um país: “Fundar [formar], se ainda não existe, e desenvolver, se já existe, um grupo, uma série fechada de obras e coleções de revistas próprias do País, tratando de sua história sobre todas as formas: essa será a característica distintiva de todas as nossas bibliotecas provinciais”.

O estudo da origem do termo no idioma francês seria muito útil para a consolidação do termo desenvolvimento de coleções, uma vez que a ideia de desenvolver coleções já estava posta. Essa compressão estava presente em Gräsel (1893, 1897), que considerava que o êxito do processo destinado a formar coleções estava condicionado à função de planejamento, uma característica própria do termo “Desenvolvimento de Coleções” na atualidade. Aprofunda a função de planejamento nesse processo ao recomendar que sejam definidos os propósitos e objetivos para os quais uma biblioteca existe, bem como de seu público-alvo.

Gräsel (1914, p.253, tradução minha) adestaca a relação de interdependência entre os objetivos institucionais e as coleções ao definir que uma biblioteca aberta ao público deve “responder ao objetivo em torno do qual foi criada, para que preste os serviços aos quais está chamada a oferecer”, de forma “que as coleções cresçam de uma maneira contínua”.

Tendo em vista esses pressupostos, isto é, os objetivos e o público ao qual a biblioteca deve atender, Gräsel (1914) revela que os tipos de bibliotecas determinam formas diferentes de proceder essa atividade. Isto é, uma biblioteca que tem um acervo de caráter geral deve considerar as coleções em seu conjunto, em lugar de se ater a uma ou mais classes, tal como é exigido para bibliotecas especializadas.

Por isso, Gräsel (1914, p.32, tradução minha) defende o que ele denominou de “plano” e que deve ser estabelecido de acordo com os objetivos a que a biblioteca se propôs, de forma a fazer frente à “imensa produção literária e científica de nosso tempo”, tendo em vista as condições necessárias para reunir em uma só biblioteca “tudo o que se publica em relação a uma só ciência”. A adoção do plano evita o que o autor denominou de “resultados desastrosos como: dissipação de fundos e, por outro lado, acumulação de obras sem nenhum valor, em prejuízo a outras que trariam resultados valiosos”.

Em relação ao trecho em que Maire (1896) recomendou “desenvolver coleções” destinadas a representar a produção de um país, Rouveyre (1878, p.4, tradução minha) também recomenda a formação de coleções de obras representativas dos “grandes poetas, dos literários de primeira ordem, teorias religiosas, filosóficas e científicas, bem concentradas, bem concluídas, permitindo defender, sem esforços, aquilo que o fez apreciar essas teorias ou experiências primordiais”. Essas recomendações para “desenvolver” coleções específicas em bibliotecas tinham por objetivo definir uma estratégia de ação de forma a enfrentar “a enorme quantidade de escritos de todas as formas, sem se deixar levar pelo primeiro desencorajamento que iniba qualquer sentimento de reação”. Essas estratégias apresentam correspondências com o que é denominado hoje de estrutura para formação de coleções, tais como o modelo Conspectus, os níveis de coleção da ALA e as quatro dimensões de Miranda (1980).

Richard (1883) cita, entre outros autores, o próprio Rouveyre, indicando os guias importantes para apoiar a seleção das melhores obras a fim de se formar um núcleo básico de obras ideais, incluindo sua quantidade. Essa indicação também pode ser considerada como a estrutura para formar coleções proposta por Richard: os romances (sugeridos por Rouveyre e outros), os clássicos franceses, novos livros publicados no ano corrente e obras de referência:

Comprados os quinhentos volumes de romances com Levy, Charpentier e em Rouveyre e Blond, adicione uma reimpressão integral de *Memórias de Didot*, Victor Hugo do Século XVIII, uma coleção de conhecidos clássicos franceses, como o *Príncipe Imperial*, a partir de Plon, os vinte novos livros do ano e um Larousse para uma fácil erudição (Richard, 1883, p.8, tradução minha).

A estrutura para formação de coleções também está presente na proposta de Petzholdt (1894) e de Gräsel (1914), que concebem o acervo em três grandes classes: primeira, segunda e terceira.

a) Primeira classe: compreende livros importantes do ponto de vista científico - incluindo as obras fundamentais, isto é: “[...] trabalhos consideráveis ou monografias que, em razão das novas e originais investigações consignadas ou do novo método adotado para exposição dos feitos já conhecidos, de algum modo tenham feito época na ciência e adquirido por essa razão um valor duradouro” (Gräsel, 1914, p.11, tradução minha).

b) Segunda classe: compreende livros preciosos (Petzholdt, 1894; Gräsel, 1914) ou notáveis (Gräsel, 1914). Petzholdt (1894, p.60, tradução minha) reconhece a dificuldade de identificar um livro notável e elenca uma série de critérios passíveis de verificação:

Um livro pode ser notável porque pertence a uma época muito antiga, porque foi escrito por um autor renomado, ou porque foi publicado por um editor famoso, ou porque trata de um assunto de especial importância, ou porque se distingue dos demais por sua forma exterior, isso é, esplêndida e preciosa, ou por que é produto de uma renomada imprensa.

c) Terceira classe: compreende os livros raros. Gräsel (1914) explica que os livros raros dividem-se em duas categorias: uma que considera as obras como raras desde o seu surgimento, e outra inclui as que se tornaram raras ao longo do tempo. Gräsel (1914, p.12, tradução minha) considera também outros critérios dos quais se destacam aspectos referentes ao conteúdo e à forma: “[...] imprensa célebre como a de Alde, os Etienne, ou de Elzevir; porque foi escrito ou impresso sobre uma matéria que não se vê normalmente, porque seu corte ou sua forma se diferencia das usualmente empregadas ou que sua encadernação é de notável beleza, elegância e luxo”.

Para Petzholdt (1894, p.61, tradução minha), as categorias de raridade são inúmeras e contraditórias em função da “circunstância de tempo ou de lugar em que foi escrito” ou em função da “bibliomania”, cujos critérios são mais pessoais e subjetivos.

Tanto Petzholdt (1894) quanto Gräsel (1914) advertem que é possível que uma obra pertença a mais de uma classe, o que demonstra o quanto esses autores eram sensíveis à complexidade do processo de seleção propriamente dito. Um mesmo livro poderia fazer parte de uma ou mais classes.

Tal como Gräsel (1914), Morel (1908, p.409, tradução minha) recomenda que o acervo expresse a finalidade das bibliotecas. Assim, para as bibliotecas públicas, devemos colecionar “obras feitas para o povo”; para as bibliotecas literárias, as obras de literatura incluindo crítica, estética e afins - “tudo que dá prazer”; para “bibliotecas científicas, toda vulgarização; para as bibliotecas sociais, a política”. Além desses níveis, Morel (1908, p.413) incluiu na estrutura para formação de coleções os livros de

referência correntes quando explica a necessidade de formação de núcleos para esse tipo de coleções. Sua proposta apresenta uma grande correspondência com a estrutura para formação de coleções para bibliotecas universitárias proposta por Miranda (1980), que inclui também as coleções de referência como uma das dimensões, além da coleção de lastro, coleção didática e literatura corrente.

## Seleção

Apesar do excesso de publicações que já se observava naquele período, Peignot (1823, p.14) valorizava a seletividade em detrimento da quantidade e se preocupava em combater a ideia de acumulação, aconselhando: “Não se lamenta pela escassez de livros [em sua biblioteca], o importante não é ter muitos, mas ter os bons. A multidão de livros existe apenas para distrair o espírito”.

De acordo com Hesse (1841), cabe às bibliotecas a responsabilidade de estabelecer as necessidades de “nosso tempo”. A seleção, portanto, se apresenta como um recurso técnico para identificar os bons livros da “multidão” e identificar essas necessidades denominadas hoje de necessidades dos usuários. Gräsel (1914) defende que o responsável pela seleção seja o próprio bibliotecário que conhece as necessidades envolvidas, e suas ações não se baseiam em “ideias preconcebidas” e sim no “interesse da biblioteca” - em outras palavras, em um interesse maior: que tanto pode ser entendido como missão da instituição quanto necessidades dos usuários. Apesar de Gräsel (1914, p.258, tradução minha) considerar que o bibliotecário esteja apto para conduzir a seleção - seja por sua formação, seja por sua experiência em “conciliar os recursos disponíveis com as necessidades do público” -, aconselha “vigilância” em seu exercício de forma a evitar “arbitrariedade” ou “um espírito exclusivista”. Recomenda ainda inteligência e discrição, pois “o bibliotecário não é infalível”.

Essa ideia está presente também em Namur (1834, p.97, tradução minha), traduzida nos seguintes procedimentos práticos: recomenda que um selecionador seja responsável pelo processo de seleção, que os critérios estabelecidos sejam aplicados a partir de um plano geral e que seja elaborada uma lista com os itens de interesse ou úteis como forma de “prevenir abusos”. Autores contemporâneos como Evans (2000) e Vergueiro (2010) descrevem

esses procedimentos como próprios do processo de seleção, sendo a lista com os itens de interesse denominada de lista desiderata.

Maire (1896, p.83) também destacou a importância do papel do bibliotecário em comissões de seleção para avaliar o que ele denominou de “registro de demandas” em bibliotecas universitárias. Isto é, as sugestões dos usuários são anotadas incluindo as dos professores. Ao final de cada ano, as sugestões são encaminhadas à comissão para identificar as necessidades reais e alocar recursos. Gräsel (1914, p.255, tradução minha) considera o “livro de pedidos” um mecanismo “muito sensível”, pois tem como princípio atender maior número de pessoas e evitar erros uma vez que “cada um pode escrever os títulos das obras cuja aquisição lhe parece necessária”.

“Este sistema empregado em numerosos estabelecimentos até o momento tem dado bastantes resultados: o bibliotecário constantemente atualizado em relação aos desejos do público, permitindo satisfazê-los na medida em que os julgue verdadeiramente sérios e bem fundados” (Gräsel, 1914, p.255, tradução minha).

Porém, Gräsel (1914) não recomenda que o bibliotecário se exponha apresentando as razões pelas quais uma obra não foi adquirida, pois o usuário não compreenderia. Na atualidade, essa prática não é comum, uma vez que as decisões devem ser transparentes e coletivas, o que legitima o pensamento institucional ou de uma comunidade por meio da comissão de seleção.

As comissões de seleção também podem ter uma composição diferenciada. Gräsel (1914, p.256, tradução minha) relata a prática, em outros países, de compor comissões especiais em bibliotecas universitárias com professores e bibliotecários. O autor destaca uma experiência na França que não resultou em boas práticas, uma vez que foram dados “poderes exorbitantes” às comissões à revelia da administração da biblioteca. Sua sugestão é que, em lugar desse tipo de comissão, as decisões dos bibliotecários sejam compartilhadas com seus pares (Gräsel, 1914). Quando uma comissão é formada por professores ou outros membros da comunidade servida pela biblioteca, Vergueiro (2010) a denomina de comissão deliberativa. Segundo Vergueiro (2010, p.59), muitas vezes essa estrutura de poder decisório pode “representar uma limitação à autoridade/autonomia do profissional [bibliotecário]”, mas “seus aspectos positivos devem ser



explorados ao máximo”, pois proporcionam um contato maior com usuários, o debate sobre suas necessidades e o apoio político.

Os critérios de seleção visam a proporcionar “um julgamento saudável” das obras a serem incorporadas ao acervo (Rouveyre, 1878, p.4). A maioria dos autores analisados recomendou que os critérios de seleção fossem baseados no quanto uma obra poderia ou não ser útil. Com esse recurso, seria possível garantir um equilíbrio entre as coleções, uma vez que o acervo seria formado a partir de critérios objetivos e constantes ao longo do tempo (Gräsel, 1914). A razão disso é que “uma biblioteca é feita para prover os livros e não para os dispensar de serem lidos” (Morel, 1908, p.409, tradução minha): os critérios definem o que será colecionado, lido e usado em uma biblioteca.

Para Gräsel (1914, p.10, tradução minha), os critérios de seleção podem ser categorizados segundo três aspectos:

[...] a utilidade ou inutilidade de um livro podem ser apreciadas tanto do ponto de vista da biblioteca na qual o livro encontrará lugar, quanto do ponto de vista do valor intrínseco da obra [...], [e de] suas peculiaridades extrínsecas ou a certas particularidades exteriores.

Em outras palavras, os critérios de seleção podem ocorrer: a) em relação ao usuário quando o julgamento se dá pelo ponto de vista da biblioteca ou de suas necessidades; b) em relação ao documento em si quando o julgamento se dá pelo valor intrínseco da obra; c) em relação às características extrínsecas ao documento. Segundo essa orientação, Gräsel, (1914) exemplifica a aplicação dos critérios, relatando que uma excelente obra de teologia não terá utilidade em uma biblioteca dedicada à jurisprudência. Essa categorização de critérios corresponde à revisão de literatura analisada por Vergueiro (2010) sobre os critérios de seleção distribuídos em três grandes tópicos: quanto ao documento, quanto à adequação ao usuário e aspectos adicionais aos documentos.

Gräsel (1914) ainda chama a atenção para outro critério de seleção: os custos das obras que conferem grande responsabilidade aos bibliotecários ao adquirirem obras acessíveis a todas as fortunas, tal como o critério “custo” identificado por Vergueiro (2010, p.24). Do mesmo

modo, Petzholdt (1894) adverte de que os recursos das bibliotecas são escassos, sendo por isso um equívoco serem adquiridas obras supérfluas.

Para orientar a seleção, além dos critérios, Hesse (1841) destaca a importância das obras de bibliografias e dos materiais bibliográficos que têm a mesma função do que denominamos hoje de instrumentos auxiliares de seleção. Essas fontes permitem a identificação e o conhecimento das obras, dos preços, de sua raridade e também o julgamento de seu valor intrínseco e extrínseco (Hesse, 1841; Richard, 1883).

Maire (1896) detalha a aplicação direta do catálogo de livros no processo de seleção, considerado um dos principais instrumentos auxiliares de seleção: “Os bibliotecários não devem desdenhar dos catálogos de livros de ocasião, franceses e estrangeiros, pois eles poderão extrair a prática dos preços dos livros, de suas flutuações e servirão para tirar proveito das ocasiões em que os preços parecerão bons” (Maire, 1896, p.86, tradução minha). Gräsel (1914) lista as bibliografias, gerais e especializadas, e os catálogos de antiquários, que servirão como guias para a seleção de obras, incluindo as obras antigas.

Gräsel (1914, p.261, tradução minha) recomenda ainda que o bibliotecário se mantenha informado sobre “as novas publicações, as coleções de bibliografias e, sobretudo, as atualizações de todas as obras que aparecem sobre bibliografia e biblioteconomia”.

## Aquisição

A necessidade de uma política de aquisição já era defendida por Peignot (1823, p.5, tradução minha) como o primeiro passo para acertar as aquisições em uma biblioteca:

A forma mais certa de evitar inconvenientes aos quais nos acostumamos quando não há tempo de remediá-los é não fazer nenhuma aquisição sem anteriormente ter traçado um plano; e esse plano, uma vez traçado, deve ser seguido fortemente, sem que ele seja descartado sob nenhum pretexto.

Gräsel (1914) sugere que, quando se está formando o primeiro fundo para uma biblioteca que ainda não tem acervo, o bibliotecário deve investir na aquisição de coleções de terceiros. Essa estratégia pode ser útil para

cobrir um período retrospectivo ou obter clássicos de uma área. Depois de formada recomenda que as coleções sejam atualizadas com novas publicações sempre de forma que essa passe a ser a estratégia principal. Algum material mais antigo poderá ser incorporado, mas, segundo Gräsel (1914), essa não será mais a regra a ser seguida.

O controle do processo de aquisição foi previsto por Namur (1834, p.98, tradução minha), que recomendava anotar, em forma de registro, os dados relativos ao processo de aquisição para possibilitar “a verificação, a qualquer dia, se todos os livros selecionados foram realmente adquiridos pela biblioteca, se todo o trabalho indicado foi realmente executado”.

Maire (1896) destaca a importância das verbas para aquisição por compra, uma vez que o acervo não terá qualidade se for composto apenas por doações. Do mesmo modo, Morel (1908) recomenda que a biblioteca tenha um orçamento destinado à aquisição de novas obras visando a temas da atualidade: “Um bibliotecário deve seguir o movimento. Ele deve possuir um resto de crédito para adquirir o mais rápido possível o livro”, sobre o qual há maior interesse das pessoas (Morel, 1908, p.414, tradução minha). Apesar de as verbas serem sempre restritas, Maire (1896, p.82, tradução minha) também recomenda que o bibliotecário faça um esforço para alocar os recursos não apenas para conservação do material, mas também para as novas aquisições:

As aquisições são, em geral, pouco nobres nos depósitos comunais da França; com exceção de algumas grandes cidades que consagram um orçamento especial para o desenvolvimento de seus depósitos, as outras bibliotecas viam seu orçamento absorvido, em grande parte, pela conservação do material, pela encadernação e pela compra de algumas revistas. Entretanto, é importante que o bibliotecário tenha todos esses cuidados ao aumentar as coleções locais; nenhuma ocasião deve ser desprezada, e o funcionário não deve hesitar em aplicar - na medida do possível - uma parte do orçamento ao crescimento de suas coleções.

O conselho de Maire (1896) visa à qualidade das coleções, destacando o papel da aquisição como um mecanismo para concretizar o processo de seleção por meio da compra e também, em sua medida, da doação e da permuta. Para Maire (1896, p.82, tradução minha), as

doações em bibliotecas francesas naquele período ocorriam sob três formas:

1º: envio de obras e revistas pelo Ministério de Instrução Pública (serviço de subscrição); 2º: envio das obras recebidas por depósito legal e que não são destinadas à Biblioteca Nacional ou a qualquer outra grande biblioteca (serviço de depósito legal); 3º: doações de particulares, seja de coleções completas, seja de obras separadas.

Para Gräsel (1914, p.291, tradução minha), o depósito legal é um dos modos de aquisição por doação mais comum em Bibliotecas Nacionais. O poder de uma lei torna o depósito legal um recurso importante “para conservar de um modo completo e na íntegra a produção científica e literária de nosso tempo”. No entanto, a proposta de Gräsel (1914, p.294, tradução minha) é adotar esse mesmo recurso em outros tipos de bibliotecas, como as bibliotecas universitárias. Nesse caso, seria exigido, por um instrumento legal, que o corpo docente fizesse o depósito legal de sua produção nas bibliotecas da universidade, uma vez que “as obras interessam diretamente à história da universidade, ao mesmo tempo em que são uma das manifestações mais aparentes de sua atividade intelectual”. Nos dias atuais, a formação de coleções locais tem sido uma prática bastante valorizada, tendo em vista os aspectos relativos à identidade e à memória - questões de alta relevância na sociedade contemporânea.

Já a permuta, segundo Maire (1896, p.88, tradução minha), era uma prática na França desde o século XVII, apesar de não ser tão comum quanto a compra e a doação desde aquele período: “Essa ideia de permuta internacional, excluída da prática durante o século XVIII e no começo do nosso [século XIX], teria estado em honra e teria sido praticada anteriormente. Assim, em 1694, a biblioteca do Rei [da França] trocou seus livros dobrados por aqueles impressos no estrangeiro”.

A vantagem da permuta como modo de aquisição é viabilizar a aquisição de livros de baixa tiragem, tais como teses ou livros do Estado, livros raros e livros impressos em outros países (Maire, 1896, p.88). Gräsel (1914, p.281, tradução minha) destaca a importância da permuta como recurso contínuo para garantir a qualidade das coleções: “permutando suas publicações com quase todas as sociedades científicas do mundo, suas bibliotecas alcançaram pouco a pouco [...] uma riqueza surpreendente”. Um dos desafios dos bibliotecários do século XXI

é justamente redefinir o papel da permuta para as práticas da aquisição em tempos de *Internet*, de forma a alcançar também uma “riqueza surpreendente” em coleções de bibliotecas.

A necessidade de prestar contas foi descrita por Gräsel (1914, p.260, tradução minha) como uma tarefa do processo de aquisição:

O melhor sistema de controle é o que consiste em exigir do bibliotecário uma relação anual acerca de sua administração, obrigando-lhe não somente as somas que lhe foram entregues para as compras, senão também provar que estas somas foram repartidas igualitariamente entre as diversas ciências representadas em sua biblioteca, de modo que possa dar-se conta, sem nenhuma dificuldade, de seus respectivos desenvolvimentos.

A recomendação de Gräsel (1914) é verificar o quanto de recursos foi aplicado em quais temas e assuntos, pois, desse modo, é possível verificar se o que tinha sido estabelecido no plano ou política foi cumprido.

Em relação à fonte de recursos financeiros, Gräsel (1897) descreve como a sociedade norte-americana valoriza as doações em dinheiro às bibliotecas públicas a ponto de anunciar, em uma seção na revista *Library Journal*, as doações realizadas pelas pessoas. Apesar de não ser uma prática na Europa naquele período, Gräsel incentiva o bibliotecário a buscar novas fontes para aumentar o orçamento. Dentre suas sugestões, está a edição de catálogos ou impressão de manuscritos. Reconhece, no entanto, que os bibliotecários estão sobrecarregados com seus afazeres e dificilmente conseguem se envolver em novos projetos. Gräsel é um dos autores que mais detalhou os desafios e a complexidade de se planejar o orçamento e alocar recursos - questões ainda atuais que preocupam bibliotecários do século XXI.

## Resultados

Para viabilizar as correspondências teórico-práticas entre o período do século XIX e XXI, oito obras de oito autores do século XIX foram selecionadas e analisadas sob três grandes categorias contemporâneas: desenvolvimento de coleções, seleção e aquisição de livros. A partir dessa análise, foi elaborada a revisão de literatura, em que se destacaram as principais correspondências.

Verificou-se, na análise da categoria “Desenvolvimento de Coleções”, que o termo “desenvolver” foi adotado por Maire (1896). É possível afirmar que Rouveyre (1878), Richard (1883) e Gräsel (1893) tinham uma clara noção de que “desenvolver coleções” envolve planejamento que, por sua vez, não prescinde de um plano (política) e de atividades contínuas em relação às coleções por um profissional (processo). Outro aspecto verificado refere-se à “estrutura para formação de coleções”, o que não é um modelo contemporâneo, uma vez que já havia sido proposto por Richard (1883), Gräsel (1893) e Petzholdt (1894).

Em relação à categoria “seleção”, foi observado que Peignot (1823) detalha a importância dos critérios, sobretudo para “desenvolver coleções” de forma equilibrada, sistemática e coesa, expressando as necessidades da comunidade - ideal compartilhado também por Hesse (1841), Rouveyre (1878) e Gräsel (1914). A seleção também já era compreendida como processo e como política especialmente por Namur (1834). A responsabilidade da seleção por um bibliotecário foi identificada em Hesse (1841), Maire (1896) e Gräsel (1914), sendo que esse último descreveu o funcionamento de comissões de seleção e suas desvantagens. O processo de seleção foi descrito por vários autores, que destacaram, principalmente: a) a lista *desiderata*, denominada por Maire (1896) de “registro de demandas” dos usuários e por Namur (1834) de lista com itens de interesse; b) os instrumentos auxiliares de seleção, que foram abordados por Hesse (1841) e Maire (1896) como um mecanismo para identificar obras pertinentes à seleção.

A análise da categoria “aquisição” demonstrou a visão gerencial dos autores do século XIX: a) Peignot (1823) defendia uma política de aquisição; b) Namur (1834) destacou a importância de se controlar os dados sobre o processo de aquisição; c) Gräsel (1914) dá instruções para planejar um orçamento e alocar recursos financeiros e d) Maire (1896) e Morel (1908) defendem a aquisição por compra como um recurso para atualizar as coleções. Questões sobre a doação e a permuta foram consideradas por Maire (1896) e Gräsel (1914), que destacaram vantagens e desvantagens ainda hoje desafiadoras.

Portanto, é possível inferir que essas correspondências teórico-práticas permitiram verificar que esses

oito autores apresentaram contribuições significativas para o desenvolvimento de teorias, métodos e práticas relativos à área, apesar de não serem citados na contemporaneidade.

## Considerações Finais

Essa primeira abordagem da pesquisa demonstrou o quanto é importante verificar nos séculos passados a literatura dedicada à área que orientou conceitos, modelos e práticas contemporâneas. Foi possível verificar que o problema da explosão da informação não é recente e afetou todos os processos destinados à formação de coleções e sua manutenção. Vários autores apresentaram soluções para lidar com a complexidade decorrente daquele fenômeno já no século XIX que são adotados, em certa medida, até hoje, tal como o foco no acesso, nas políticas estabelecidas segundo os objetivos institucionais e nas necessidades dos usuários, entre outras.

Também é possível que esses autores analisados neste estudo sejam sucessores de outros do século XVIII - período considerado como o mais expressivo do fenômeno da explosão da informação, conforme visto. Para isso, serão necessários estudos mais avançados

sobretudo para verificar, por exemplo, as primeiras edições e as citações entre os autores, uma vez que o padrão de citação desse período era muito peculiar.

Outro aspecto de relevância que poderia ser aprofundado em pesquisas futuras seria a correspondência desses autores dos séculos passados com as teorias e as metodologias estabelecidas nos manuais de ensino da disciplina Desenvolvimento de Coleções em todo o mundo nos dias atuais, de forma a conhecer as origens da abordagem hegemônica baseada no acesso em detrimento daquela orientada pela acumulação, de forma a contribuir para a elaboração de uma teoria de desenvolvimento de coleções mais integrada e completa.

Essa reconstrução é urgente para se compreenderem as diferentes abordagens que envolveram a formação e o desenvolvimento de coleções desde a antiguidade até o momento atual e que vêm sendo delineadas pelas coleções digitais e pelos novos desafios para os bibliotecários da área.

## Agradecimentos

À Ananda Xavier de Almeida Bastos e Bruna Muniz Cajé, que levantaram os dados para essa pesquisa.

## Referências

- BURKE, P. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa Moderna. *Estudos Avançados*, v.16, n.44, p.173-185, 2002.
- BURY, R. *Philobiblon*. São Paulo: Ateliê, 2005.
- EVANS, G.E. *Developing library and information center collection*. 4.ed. Englewood: Libraries Unlimited, 2000.
- FIGUEIREDO, N.M. *Desenvolvimento e avaliação de coleções*. 2.ed. Brasília: Thesaurus, 1998.
- FONSECA, M.L. O acervo básico-histórico da biblioteca da primeira escola de Biblioteconomia do Brasil: bibliografia. In: UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Os 80 anos da primeira Escola de Biblioteconomia do Brasil*. Rio de Janeiro: Unirio, 1991. p.33-40.
- GRÄSEL, A. *Manuale di biblioteconomia*. Torino: E. Loescher, 1893.
- GRÄSEL, A. *Manual de bibliothéconomie*. Paris: H. Welter, 1897. Disponível: <<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/document-48804>>. Accéder: 20 janv. 2012.

- GRÄSEL, A. *Manual del biblioteconomia*. Santiago del Chile: Imprenta, 1914.
- HESSE, L.A.C. *Bibliothéconomie*. Paris: A La Librarie Encyclopédique de Roret, 1841.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTION. *Directrices para uma política de desarrollo de las colecciones sobre la base del modelo conspectus*. 2001. Disponible: <<http://archive.ifla.org/VII/s14/nd1/gcdp-s.pdf>>. Acceso: 20 jan. 2012.
- JANNUZZI, C.A.S.C. Estoque, oferta e uso da informação. *Transinformação*, v.13, n.2, p.13-23, 2001.
- MACIEL, A.C.; MENDONÇA, M.A.R. *Bibliotecas como organizações*. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.
- MAIRE, A. *Manuel pratique du bibliothécaire*. Paris: Alphonse Picard, 1896.
- MIRANDA, A. Seleção de material bibliográfico em bibliotecas universitárias brasileiras. In: MIRANDA, A. *Estruturas de infor-*

*mação e análise conjuntural: ensaios*. Brasília: Thesaurus, 1980. p.63-85.

MOREL, E. *Bibliothèques*. Paris: Mercure de France, 1908.

NAMUR, P. *Manuel du bibliothécaire*. Bruxelles: Chez J. B. Tircher, 1834.

NAUDÉ, G. *Advis pour dresser une bibliothèque*. Paris: Chez François Targa, 1627.

PEIGNOT, G. *Manuel du bibliophile*. Dijon: V. Lagier Libraire, 1823.

PETZOLDT, J. *Manuale del bibliotecário*. 3.ed. Milano: U. Hoepli, 1894.

RICHARD, J. *L'art de former une bibliothèque*. Paris: Librairie Ancienne et Moderne, 1883.

ROUYRE, É. *Connaissances nécessaires a un bibliophile*. 2.ed. Paris: Librairie Ancienne et Moderne, 1878.

VERGUEIRO, W. *Desenvolvimento de coleções*. São Paulo: Polis, 1989.

VERGUEIRO, W. *Desenvolvimento de coleções*. *Ciência da Informação*, v.22, n.1, p.13-21, 1993.

VERGUEIRO, W. *Seleção de materiais de informação*. 3.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

WEITZEL, S.R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.7, n.1, p.61-67, 2002.

WEITZEL, S.R. *Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias*. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

WEITZEL, S.R. Origem e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil: estudo de caso da Biblioteca Nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: Ideia, 2009. p.1900-1919.